



13225301



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	17/11/2020	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	André Luiz de Almeida Mendonça	GM
2.	Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira	GM
3.	Tercio Issami Tokano	SE
4.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
5.	David de Lima Freitas	SPO
6.	Rodrigo Lange	DTIC
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
9.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
10.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
11.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
12.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
13.	Jeferson Lisbôa Gimenes	SEOPI
14.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
15.	Rolando Alexandre de Souza	PF
16.	Eduardo Aggio de Sá	PRF
17.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
18.	Ronaldo Viera Bento	OUV
19.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
20.	Juliana Coelho Antero	CGGE
21.	Valmírio Alexandre Gadelha Júnior	AEAL
22.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI

23.	Renato Dantas de Araújo	GM
24.	Rogério Xavier Rocha	SAA
25.	João Bosco Teixeira	CONJUR
26.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
PAUTA:	1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Execução orçamentária; 4. Resultados operacionais - PF, PRF, SEOPI e SENASP/Força Nacional.	

DELIBERAÇÕES

1. O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, deu início à reunião extraordinária do Comitê de Governança Estratégica – CGE agradecendo a presença de todos e destacando que o tema principal a ser tratado é a questão orçamentária, a fim de que possibilite uma avaliação mais detalhada do que é possível realizar até o fim deste ano.
2. Em seguida o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, explicou que os itens da pauta relacionados à execução orçamentária e aos resultados operacionais das unidades Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Secretaria de Operações Integradas – SEOPI e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP (Força Nacional) seriam tratados na reunião ordinária do CGE do dia 26 de novembro, mas foram antecipados devido ao tempo necessário para a apresentação, considerando o nível de detalhamento das informações.
3. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, apresentou um material com o percentual de execução orçamentária do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP e fez um adendo informando que o percentual da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD está um pouco abaixo do valor atual, pois o sistema foi atualizado após a consolidação das informações.
4. O Ministro, Sr. André Mendonça, deu oportunidade às unidades para se manifestarem sobre a execução orçamentária e fez algumas considerações. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, explicou que as unidades SENASP, SEOPI e Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN têm algumas particularidades e que alguns recursos dependem de outros fatores de governabilidade para serem utilizados. Destacou também que a participação e o envolvimento da alta gestão do MJSP na execução é fundamental para a entrega de políticas públicas.
5. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, destacou que o *timing* da execução orçamentária precisa melhorar, ressaltando a fala do Sr. Ministro na última reunião do CGE, quando pediu que a execução para o próximo ano seja de 70% até junho. Normalmente a execução das secretarias, relativas a políticas públicas, ocorre nos últimos meses do ano, mas quanto aos contratos administrativos é possível diluir durante o ano, antecipando a execução.
6. O Ministro, Sr. André Mendonça, alegou que o foco é evitar os cortes orçamentários, e uma forma de fazer isso é planejando melhor a execução antes do final do ano. Inclusive, várias entregas são alteradas pelos cortes, o que atrapalha o planejamento. A questão é uma mudança de perspectiva, ao invés de trabalhar com a execução em dezembro, para 2021 o planejamento é trabalhar com a execução em junho, considerando sempre as particularidades orçamentárias de algumas unidades.
7. O Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Carlos Paim, reconheceu que uma das maiores dificuldades atuais são os prazos necessários para efetivar as compras de pistolas, armamentos e de outros equipamentos, por ser uma compra demorada e mais complexa, que deve preencher vários requisitos. A mudança da execução para junho vai ser um grande desafio de planejamento.
8. O Secretário de Gestão e Ensino em Segurança Pública, Sr. Josélio Sousa, identificou, após 5 meses de SEGEN, que haveria duas formas de evitar que se chegue à metade do ano com percentual de execução não satisfatório. A primeira seria a publicação de portaria com um cronograma de contratações para as secretarias finalísticas no âmbito do Ministério, implicando na possibilidade do planejado, que não foi executado, ser transferido para os estados, via transferência fundo a fundo. Reforçou ainda o ComprasSUSP, que prevê o plano anual de atividades, buscando identificar as demandas, para que as equipes técnicas possam realizar seus trabalhos. A segunda seria atender ao descompasso entre o que se quer contratar e a capacidade de contratação e execução.
9. O Ministro, Sr. André Mendonça, pontuou que ainda se tem dificuldade em fazer portaria específica de cronograma, pois há o receio de não se cumprir e deixar o gestor vulnerável, o que não impede de realizar-se um cronograma piloto de execução. Pode ser apresentada uma minuta de portaria de cronograma, com o objetivo de se realizar uma proposta de planejamento. Destacou que a utilização do ComprasSUSP pode aumentar a capacidade operacional das unidades.
10. O Diretor-Geral da PRF, Sr. Eduardo de Sá, informou que aguarda a publicação dos Projetos de Lei (PLN's), nº 41 e nº 43.
11. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, cooperou com a fala do Sr. Josélio Sousa. Comentou que a Secretaria Executiva – SE é uma unidade de contratações que apoia as demais unidades do Ministério e enfrenta uma situação similar à da SEGEN. A SE executada todas as contratações, exceto das polícias e do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, e com isso há uma dificuldade na execução, no tocante à divisão de tarefas entre as unidades finalísticas e unidades meio, uma vez que as últimas só podem encaminhar as licitações quando os documentos base são elaborados pelas unidades. Nesse sentido, a SE tem prestado o papel de auxiliar as unidades a desenvolver conhecimento para formularem os documentos base. Enfatizou que tal parceria deve ser desenvolvida, principalmente, na área de tecnologia da informação, para que sejam feitos termos de referência de maior qualidade para o bom andamento das contratações.

12. Pontuou ainda sobre o Plano Geral de Contratações, estabelecido pela Portaria nº 682/2017, onde toda e qualquer compra no Ministério deve estar especificada nesse plano, caso contrário não é aprovado pela Consultoria Jurídica – CONJUR. Essa regra também é válida para as polícias, sendo um rol autorizativo, e não preditivo. Falou sobre a importância de a política pública estar bem delineada para um bom processo de contratação. Informou que, a partir do ano que vem, a Portaria nº 426, de 22 de julho de 2020, que altera o sistema de doações e equipagens, será obrigatória. E, por fim, salientou a importância de se ter um banco de projetos para alocação de recursos em caso de inexecução.
13. O Ministro, Sr. André Mendonça, fez uma ressalva acerca da importância da Portaria de contratações, na medida em que se deve ter alguma flexibilidade para questões excepcionais. O Plano Geral de Contratações é um exemplo disso, que permite contratações não previstas, como casos excepcionais. O outro ponto é que apesar de o planejamento necessitar de aprimoramentos internos, ainda assim surgirão dificuldades, pois a execução depende de fatores externos e da atuação de terceiros. Sendo assim, é importante ter marcos para o seu acompanhamento e utilizar como base a experiência do ano de 2020 para mapear riscos que impactem em seu resultado.
14. Em seguida, a Diretora-Geral do DEPEN, Sra. Tania Maria Fogaça, falou sobre o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Mencionou que sua execução está por volta de 39% (trinta e nove por cento), entretanto, a previsão de execução é de 100% (cem por cento) até o dia 31 de dezembro. Destacou duas dificuldades principais que foram o acesso ao *superávit* apenas em agosto e as compras sensíveis de armamentos e outros equipamentos.
15. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, explicou a dificuldade de se acessar o *superávit* até março, porque somente após as definições das janelas orçamentárias, estabelecidas pela portaria do Ministério da Economia – ME, que costuma sair por volta do dia 28 de março, é que o Ministério consegue ingressar com o pedido de suplementação do orçamento.
16. O Ministro, Sr. André Mendonça, deu sugestões para a SE coordenar um treinamento das áreas que estão envolvidas na elaboração de termos de referências e outros procedimentos de aquisição até fevereiro de 2021, podendo fazer parcerias com a SEGEN ou com a Advocacia-Geral da União – AGU. Além disso, sugeriu uma revisão da Portaria nº 682, de 2017, considerando a experiência do ano de 2017.
17. O Secretário da SEGEN, Sr. Josélio Sousa, foi extremamente favorável ao treinamento e acrescentou ainda que a dificuldade das áreas finalísticas é na especificação, sendo um ponto relevante na hora de pensar a construção do curso.
18. O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, comentou que na SENAD existe um banco de projetos próprio, que tem fluxo de trabalho bem definido, e deu a ideia de que seja feito um banco de projetos do MJSP para todas as unidades terem acesso e aproveitarem projetos disponíveis. O Secretário ficou de encaminhar o acesso do banco da SENAD para as outras unidades.
19. O Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Carlos Paim, fez a ressalva de que a SENASP talvez não tenha habilidade de contribuir com todos os projetos do banco, pois nem todos os projetos têm ligação com a Secretaria. Hoje o trabalho realizado é uma forma de fortalecimento das instituições e dos projetos, para um melhor alinhamento, uma melhor estratégia de investimento e de aproveitamento de recursos.
20. O Ministro, Sr. André Mendonça, sugeriu que as reuniões do CGE sejam quinzenais, independentemente da pauta orçamentária, pois esse momento é extremamente importante para conversar sobre temas que envolvam o planejamento e a gestão estratégica do Ministério. Solicitou também que as unidades, ao analisarem termos de referência, tenham um olhar mais compreensivo com as correções a serem feitas, sempre levando em conta a cooperação e a busca de soluções para os problemas.
21. A Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Sra. Neide Sordi, sugeriu que o curso para elaboração de termos de referências e outros procedimentos fosse à distância para que as unidades externas possam participar.
22. Em seguida, o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, mostrou o Painel de Monitoramento dos Resultados Operacionais do MJSP. As unidades SENASP, SEOP, PF e PRF foram escolhidas para detalhar os itens de armas apreendidas, drogas apreendidas, operações realizadas, apreensões patrimoniais, doações realizadas e entregas por UF no ano de 2020. Todas as informações estão disponíveis no painel (*Business Intelligence – BI*).
23. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, fez a apresentação do painel dos Resultados Operacionais para que os titulares explanassem sobre seus dados. O Diretor-Geral da PF, Sr. Rolando de Souza, começou explicando que os itens dos resultados operacionais ainda estão sendo atualizados com alguns dados e que nem todas as atividades da PF estão abarcadas nesses gráficos, como, por exemplo, a questão da corrupção e apreensão de madeira e minérios, mas ponderou que o painel tende a evoluir e mostrar cada vez mais os resultados de forma completa. A primeira tabela apresentada foi o item de armas apreendidas, que até setembro teve uma constância, mesmo no período de Covid-19, fechando até o momento com o total de 1.553. O próximo item foi drogas apreendidas, com gráficos específicos de maconha e cocaína, com o total de 360.621 e 65.246, respectivamente. Comentou que a questão do patrimônio apreendido ainda será colocada no painel, ressaltando a importância da apreensão dos bens do crime organizado, assim como a questão dos presos. Com relação a operações realizadas, foram realizadas várias relacionadas ao tráfico de pessoas e, até o momento, o total de operações é de 2.568 em 2020. A média de duração das investigações em 2019 foi de 566 dias, e, até o momento, essa média foi para 190 dias. Até outubro deste ano, foram realizadas 410 operações de combate à corrupção. Destacou que está havendo um crescimento de 10% ao ano de inquéritos relatados, pelo fato de as investigações estarem sendo desenvolvidas mais rapidamente. Até então, levavam um ano e meio e hoje levam em média 6 meses para serem concluídas.
24. O Diretor-Geral da PRF, Sr. Eduardo de Sá, também apresentou os resultados. Houve o registro de 1.556 armas de fogo apreendidas em 2019 e, até a presente data, 1.918 apreensões, com um acréscimo de 23%. Com relação às munições, foram 71.166 munições apreendidas no ano de 2019 e, até a presente data, 143.329 apreensões, um acréscimo de 101%. Destacou a possibilidade de monetização das apreensões, a fim de compreender o impacto que pode ser gerado na organização criminosa. Tem sido feito o acompanhamento dos itens apreendidos no âmbito das rodovias federais, e tem-se observado que existe um

impacto na elasticidade de preço. Citou ainda que há estudos, tanto da Organização das Nações Unidas - ONU quanto da Organização Mundial da Saúde – OMS, demonstrando que a elasticidade de preço impacta tanto no consumo, quanto na disponibilidade, e que portanto seria salutar a inclusão dessa informação no painel, como forma de aferição do impacto monetário.

25. Com relação à parte de drogas, no ano de 2019, houve a apreensão de 299 toneladas de maconha e, até a presente data, foram apreendidas 650 toneladas, com acréscimo de 117%. No que tange à cocaína, no ano de 2019, houve a apreensão de 22,5 toneladas e, até o momento, 27,5 toneladas, resultando em um acréscimo de 23%. Já em relação às operações, entende-se que tal indicador mede de forma pouco abrangente a atuação da polícia ostensiva, sendo melhor demonstrado pela “quantidade de fiscalizações”. Dessa forma tem sido estudada uma alteração da métrica para fiscalizações. Já com relação a apreensões de cigarros, no ano de 2019, foram apreendidos 102.000.000 de maços e, até a presente data, 105.701.306 maços foram apreendidos, contabilizando um acréscimo de 3%. Nesse ponto há uma divergência entre os dados do painel de Resultados Operacionais e o apresentado, causada pela diferença de métrica utilizada. Na categoria patrimonial, em 2019, 6.302 veículos foram recuperados e, em 2020, 7.815, com um acréscimo de 24%. Com relação a pessoas detidas, houve 33.714 em 2019 e, em 2020, 41.344, com um acréscimo de 23%.
26. Dando continuidade, o Sr. Jeferson Gimenes apresentou os resultados da SEOPI. Foram apreendidas 140 armas por mês em decorrência da operação Hórus (iniciada em maio de 2019), totalizando 1.402 apreensões em 2020. Já no âmbito das drogas, houve apreensões de 69 toneladas de cocaína e 784 toneladas de maconha. Frisou que as drogas foram apreendidas em decorrência da Operação Hórus, que possui um custo baixo aos estados, propiciando maior resultado nas apreensões. Com relação ao número de operações relativas à Operação Hórus, são registradas uma por mês por estado, totalizando nove estados envolvidos. Por fim, houve 63.985.000 apreensões de maços de cigarros.
27. Logo em seguida, o Sr. Carlos Paim apresentou os resultados da SENASP. Elencou os desafios da Secretaria e frisou que o destaque são as doações. Pontuou questões sobre o emprego da Força Nacional em apoio à Polícia Federal, à Receita Federal e às operações da Secretaria de Operações Integradas. Mencionou ainda a atuação nos estados, bem como o apoio ao DEPEN, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, sobretudo em regiões de fronteiras.
28. O Ministro, Sr. André Mendonça, deu continuidade destacando a importância da mensuração dos dados apresentados. Informou ainda que os resultados serão apresentados na Reunião do Conselho de Governo. Ainda, mencionou que as unidades terão a oportunidade de apresentar os dados em uma coletiva de imprensa programada para a segunda quinzena de dezembro.
29. A Assessora de Comunicação, Sra. Lisiane Cardoso, mencionou que irá disponibilizar uma apresentação padronizada para todas as unidades e será enviado um ofício do Gabinete do Ministro com demais instruções.
30. Por fim, o Sr. Ministro parabenizou todos que trabalharam na construção do painel de Resultados Operacionais. Destacou a importância de uniformização das informações e disposição de dados, que tem a função de conscientizar e desafiar a busca por melhores resultados, incentivando a sociedade a cobrar mais os gestores públicos. Lembrou também que no dia 26 de novembro haverá a última reunião ordinária do CGE de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 11:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 11:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 21/12/2020, às 16:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 21/12/2020, às 17:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 21/12/2020, às 17:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 22/12/2020, às 11:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 22/12/2020, às 14:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 23/12/2020, às 12:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 23/12/2020, às 16:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 04/01/2021, às 15:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 04/01/2021, às 18:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 06/01/2021, às 20:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 15/01/2021, às 12:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rayol dos Santos Sobreira Lopes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 19/02/2021, às 12:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 22/02/2021, às 17:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Agente Administrativo(a)**, em 25/02/2021, às 13:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rolando Alexandre De Souza, Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13225301** e o código CRC **E9BDF10E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.